



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 15

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 07 DE SETEMBRO DE 2017

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	11
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	11
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	11
3. APROVAÇÃO DE ATAS	
Ata da reunião ordinária realizada no dia 26 de julho de 2017	12
Ata da reunião ordinária realizada no dia 9 de agosto de 2017	12
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1 Certificação Legal de Contas – Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2017	12
4.2 Procedimento de concurso público da empreitada de “Requalificação da rua do Láparo” – Proc.º I-05/17 – Retificação das peças do procedimento/Aprovação dos Erros e Omissões e do Mapa de Quantidades corrigido.....	13
4.3 Ratificação do Despacho n.º 41/17 – 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2017 – PPI e AMRS.....	13
4.4 Ratificação do Despacho n.º 42/17 – 8.ª Alteração ao Orçamento de 2017	14
4.5 Ratificação do Despacho n.º 48/17 – 9.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2017 – PPI e AMRS.....	14
4.6 Ratificação do Despacho n.º 49/17 – 9.ª Alteração ao Orçamento de 2017	15
4.7 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2017 – PPI e AMRS	15
4.8 2.ª Revisão ao Orçamento de 2017	16
4.9 Renovação de Acordo de Colaboração com a Fundação João Gonçalves Júnior para implementação da CAF – Componente de Apoio à Família, do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e autorização prévia de compromissos plurianuais	18
4.10 Renovação de Acordo de Colaboração com o CENSA – Centro Social de S. Brás para implementação da CAF – Componente de Apoio à Família, na EB1 do Samouco e autorização prévia de compromissos plurianuais	19
5. APOIOS FINANCEIROS	20
6. INFORMAÇÕES	20
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	20
ENCERRAMENTO	32

Aos sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, nesta vila de Alcochete e edifício da Biblioteca Municipal de Alcochete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras, Susana Isabel Freitas Custódio, e Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres e os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel Pereira Giro, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções:

Senhora vereadora Susana Custódio:

“Eu pedi a palavra para informar a Câmara Municipal e todos os presentes, da situação que se vive atualmente com a carência de médicos no Centro de Saúde de Alcochete e com grande impacto e efeitos nefastos na freguesia do Samouco.

Após a reunião do dia 25 de julho com o senhor Ministro da Saúde, onde o Município teve a oportunidade apresentar as reais necessidades de carência de falta de médicos de família, e da urgência da colocação dos mesmos, até na sequência de Alcochete ter sido preterida nos dois últimos concursos realizados para a ARS-LVT para esse efeito, está de facto Alcochete e os últimos dados que tenho (relativamente a esta realidade da colocação de médicos de família em toda a área metropolitana) são de junho de 2015, mas já nessa altura, Alcochete assumia o terceiro lugar como o concelho com mais carências ao nível de médicos de família. Portanto era, de todo, imperioso que assumisse por essa razão (estávamos já na altura com mais de 31% de utentes sem médico de família) que

Alcochete fosse considerada com vagas para poder fazer recrutamento e afetação destes clínicos.

Esta carência tem sido suprimida, ou pelo menos minimizada, com recurso aos contratos dos chamados médicos de empresa, que recrutam clínicos para tentar minimizar e garantir as consultas. Não assumem o papel de médico de família, mas conseguem garantir as consultas nas freguesias. Ora, acontece que a UCSP de Alcochete (vulgo Centro de Saúde de Alcochete) teve, até ao dia 31 de agosto, a permissão para 40 horas com médicos em regime de *outsourcing*, mas esta realidade alterou-se a partir do dia 1 de setembro, quando as horas foram reduzidas de 40 para 20. Na freguesia do Samouco, onde aconteciam sete períodos de consultas, portanto, todas as manhãs, de 2.^a a 6.^a feira e duas tardes por semana, a população tem agora somente três períodos de acesso a consultas com a Dra. Waleska, que é a médica que lá está afeta.

Dizer que, no imediato, contactei, quer o senhor coordenador da UCSP de Alcochete, Dr. Carlos Afonso, quer o Dr. Miguel Lemos, diretor do ACES do Arco Ribeirinho, e ambos me informaram que esta tinha sido uma imposição da ARS-LVT e para a qual não havia qualquer justificação ou qualquer compensação que justificasse esta redução das 40 horas de médicos em *outsourcing*.

Estranho que hoje, e após o Município ter enviado, conversando com o Dr. Carlos Afonso e com o Dr. Miguel Lemos, restava ao Município, num curto espaço de tempo, no imediato, contactar e endereçar, quer ao senhor Ministro da Saúde, quer à senhora presidente do Conselho Executivo da ARS-LVT, um pedido de esclarecimentos e um apelo à inversão desta medida.

Estranho que, esta manhã, quando ligo a televisão, tenho a notícia que há uma orientação, há um Despacho-conjunto dos ministros das Finanças e da Saúde que irá dar início a um processo concursal para 290 vagas para todos os centros de saúde da ARS-LVT, em que 57 das quais são para os três agrupamentos dos centros de saúde aqui da margem sul, a saber: o ACES do Arco Ribeirinho, onde Alcochete está integrada conjuntamente com o Montijo, Moita e Barreiro, o ACES da Arrábida, o ACES Seixal/Almada e, também, o litoral alentejano. Para o nosso

ACES estão disponibilizadas 18 vagas. Eu procurei, entretanto, ter acesso ao Despacho, para perceber para quando! É uma boa notícia mas, tendo em conta que a redução das horas já se verificou, que a população do Samouco viu reduzidos em mais de 50% os períodos de consultas, para quando este recrutamento e esta afetação de clínicos ao nosso centro de saúde?

E depois, vendo o Despacho, e não nos diz para quando, e do conhecimento que temos dos concursos que vamos desenvolvendo para recrutamento de pessoal, sabemos que este vai ainda demorar o seu tempo e ainda irá, certamente, não fugindo muito àquilo que foi apontado por mim há duas ou três reuniões de Câmara atrás, se calhar lá para novembro, na melhor das hipóteses, o concurso poderá estar concluído.

Tive, no entanto, acesso ao número de vagas (e eu faço aqui um parêntesis, se me permite, senhor presidente, porque está a entrar na sala a Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde na freguesia do Samouco, certamente preocupados com esta questão), das 18 e, considerando que o nosso ACES tem quatro concelhos, para perceber qual o número de vagas que seria destinado à nossa UCSP e concluí que “a montanha pariu um rato”! Porque das 290 para todos os Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde, dos 57 para estes quatro agrupamentos, Alcochete, que já tem um histórico de ser preterido nos dois concursos anteriores, que tem identificado a carência de quatro médicos de família e isto obedecendo ao rácio que, na minha opinião (e penso que na opinião de qualquer pessoa de bom senso), é excessivo, porque o rácio é de um médico para 1666, temos uma vaga aberta, quando sabemos que uma vaga, só um médico a tempo inteiro, é absorvido pela totalidade dos utentes da freguesia do Samouco e, depois, ainda faltam os utentes que não têm médico, na freguesia de Alcochete e no lugar do Passil!

Ou seja, parece-me que tem alguma bondade esta proposta mas parece-me escassa e pouco sensível àquilo que são as necessidades da população de Alcochete, tendo em conta todo este histórico. Efetivamente há outros concelhos que tinham carência de médicos de família, que não tinham a cobertura a 100%, mas não tinham mais de 30, como tem Alcochete, desta carência de utentes sem

médico de família. Portanto, um médico de família a ser considerado é muito aquém daquilo que são as nossas necessidades.

Por outro lado eu não posso deixar de estranhar, também, esta articulação e falta de informação que circula entre os organismos do Ministério da Saúde. Foi-me garantido pelo senhor diretor do ACES que, quando falou com a ARS, não teve qualquer informação no sentido de *vamos reduzir estas horas de médico em outsourcing, para compensar com a colocação de um ou dois médicos* – nada estava previsto. Eu falei com o Dr. Miguel Lemos, precisamente no dia em que foi publicado em *Diário da República* o tal Despacho-conjunto, que foi no dia 5 de setembro, na passada 3.^a feira. Também me parece preocupante a falta de informação à população e, já agora, aos órgãos que representam a população!

Ficamos a aguardar resposta aos ofícios que foram endereçados à ARS-LVT e ao senhor Ministro da Saúde mas, pela experiência, estou convencida que a resposta será, certamente, o lançamento deste concurso com apenas uma vaga para Alcochete e vamos continuar com um problema da saúde que, lamentavelmente, porque de há doze anos a esta parte, quer a Câmara Municipal, quer as juntas de freguesia, muito concretamente a Junta de Freguesia do Samouco, também, foi um elemento importante na construção de soluções para garantir condições físicas àquela população, nomeadamente com a construção do centro de saúde, que foi realizado pela Câmara mas também com a colaboração e a disponibilidade da junta de freguesia. Estou certa de que, não tivesse a Câmara Municipal realizado aquela obra, neste momento o Samouco seria tal como a freguesia de S. Francisco que, em 2010, viu a sua extensão de saúde encerrada e como o Passil que, em setembro de 2015 (precisamente há dois anos), viu também a sua extensão encerrada, não tivesse o Município feito aquele investimento que, até ao dia de hoje continua a aguardar o cumprimento do acordado com a então Ministra da Saúde e o Samouco também já não teria extensão de saúde.

Estou plenamente convicta que se não tivéssemos feito esse investimento, que foi para além da obra, porque durante dois anos aquele centro de saúde funcionou com o Município a custear e a suportar todas as despesas no que dizia respeito a eletricidade, fornecimento de água... tudo! Custa-me, e lamento profundamente,

que o Município e que a Junta de Freguesia não tenham sido acompanhados pela Tutela nesta preocupação, em garantir os cuidados de saúde, que são um direito de todos os cidadãos.”

Senhor vereador Francisco Giro:

“Gostaria de enaltecer a notícia que ontem foi dada na iniciativa *Receção à Comunidade Educativa*, em que o senhor delegado regional da Educação, finalmente (digo finalmente porque é algo que era muito desejado, essencial e já para não dizer fundamental) as obras de requalificação da escola E.B. 2,3 El-Rei D. Manuel I, algo que tem sido discutido em vários cenários, em vários planos, através das redes sociais, em que a D. Manuel vai, pelo menos, com a promessa do senhor delegado regional da Educação, avançar finalmente com o alargamento daquele estabelecimento de ensino. O que foi dito é no sentido de essa requalificação, esse alargamento, ser faseado. Será colocado, neste momento, e discutido para o Orçamento do Estado para o próximo ano. Vejo com bons olhos e com enorme satisfação aquele estabelecimento de ensino ser melhorado porque como foi dito, e muito bem, é lógico que o espaço-escola não é só um edifício, não são quatro paredes, é mais do que isso mas para que as nossas crianças, para que os profissionais que lá trabalham e para que toda a comunidade educativa consiga ter um trabalho de excelência, tem de haver um espaço de qualidade e de excelência. Por isso, é com enorme satisfação, apesar de saber que essa notícia não será para tão breve como nós gostaríamos mas pareceu-me promissor que esse estabelecimento irá ter a devida atenção, espero eu, financeira também suficiente, para termos esse espaço de excelência.”

Senhor presidente:

“A esse propósito importa (para quem não esteve presente) também explicitar que o senhor delegado regional esteve presente ontem na *Receção à Comunidade Educativa* e, para além das obras que estarão em curso (não sei se já estão concluídas) de substituição dos telhados que são constituídos por fibrocimento e, por isso mesmo, potencialmente perigosos para a saúde das crianças, porque são matérias potencialmente cancerígenas, também se comprometeu, e assumiu aqui

um compromisso, vinculou a Secretaria de Estado e o Ministério da Educação no sentido de num primeiro momento na proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018 ser introduzida uma dotação para uma 1.^a fase de ampliação da E.B 2,3, mas sem quaisquer outros compromissos no que diz respeito às condições que nós consideramos que são indispensáveis, para que uma escola de 2.^o e 3.^o ciclos, e respetivas crianças, porque são quem mais importa, possam desenvolver a sua atividade num espaço com as condições mínimas para a prestação do ensino e para o normal desenvolvimento das suas capacidades cognitivas. De qualquer das formas foi uma boa notícia.

Não deixa, também, de ser importante referir que a senhora vereadora transmitiu e apresentou ao senhor delegado regional, propostas concretas da Câmara Municipal de Alcochete, no que diz respeito ao seu Parque Escolar, nomeadamente uma que entendemos que continua a ser prioritária, não obstante a existência e a vigência de uma Carta Educativa que necessita de ser atualizada. Mas estou em crer que essa atualização (e a conclusão da sua atualização) não será substancialmente divergente da Carta Educativa que atualmente possuímos e que está em vigor e, por isso, entendemos conveniente aproveitar a presença do senhor delegado regional no sentido de lhe transmitir a total disponibilidade do Município no que diz respeito à criação de condições para a construção do segundo centro escolar, que está previsto nesta nossa Carta Educativa. Em relação a essa matéria o senhor delegado regional disse... nada. Também porque não estaria sequer mandatado para uma qualquer resposta, positiva ou negativa, mas teria sido interessante que, pelo menos, tivesse registado e esta proposta do Município de criar condições que, se não puderem passar pela construção no âmbito de um contrato-programa a celebrar com o Ministério da Educação então que no futuro, e na elaboração e conceção do futuro quadro de apoio comunitário, também a construção de escolas de raiz esteja prevista.

No entanto, toda a comunidade educativa ficou dotada do conhecimento necessário (e bastante, porque é importante afirmarmos estas prioridades políticas) de que a Escola da Restauração, a sua ampliação e a sua requalificação iniciar-se-ão, se não neste mês, no início do próximo mês de outubro. Eu não sei se as senhoras vereadoras e os senhores vereadores têm conhecimento das entropias que se

foram verificando, ao nível do procedimento concursal relacionado com a adjudicação da ampliação e requalificação desta escola, porque o concurso público foi desenvolvido, entretanto, apareceram várias empresas, a adjudicação foi feita à empresa que apresentou o melhor preço, ou seja, o mais baixo. Verificámos depois que a empresa estava ao abrigo de um plano especial de revitalização, portanto, apresentava uma situação económica e financeira já muito debilitada que se veio a agravar no decurso do procedimento concursal nas fases subsequentes à adjudicação. Em face e em função desse agravamento da sua situação económica e financeira, foi-lhe retirada a licença e, portanto, estaria totalmente impossibilitada de desenvolver a empreitada de obras públicas.

Criámos uma solução que passou (e foi o senhor vice-presidente que protagonizou essa gestão política desse dossiê) pela realização de duas reuniões, uma com a empresa adjudicatária, a quem a Câmara tinha adjudicado essa empreitada de obras públicas, e também com a segunda empresa, a qual apresentou a segunda melhor proposta em termos financeiros, no âmbito desse concurso, com os objetivos de, em relação à primeira, persuadi-la (e a persuasão foi relativamente fácil) no sentido de celebrar com a segunda um contrato de cessão de posição contratual e com a segunda, persuadi-la no sentido de aceitar celebrar esse contrato, para ser ela a protagonista, a empresa adjudicatária que vai desenvolver as obras associadas a este procedimento concursal.

Esse processo consolidou-se, foi celebrado um contrato de cessão de posição contratual, a Câmara teve de intervir porque teve de manifestar concordância, no que diz respeito a essa cessão de posição contratual, portanto esta está totalmente estabilizada e estamos em crer que o mais rapidamente possível, em breve essas obras iniciar-se-ão na Escola da Restauração, no sentido da sua ampliação e requalificação. Também o Agrupamento de Escolas, em convergência com a Câmara Municipal de Alcochete, tomou a decisão com a qual concordámos imediatamente de independentemente do momento exato do início das obras, aquelas três turmas serem imediatamente transferidas para a Escola do Valbom porque, necessariamente, a sua permanência na Escola da Restauração impossibilitaria a execução da empreitada de obras públicas.

Por outro lado, também foi apresentada uma candidatura para, no próximo ano letivo, e no interregno de verão do próximo ano civil, poder a Câmara Municipal iniciar as obras de ampliação (ampliação, essa, muito significativa) e requalificação da Escola do Valbom, dotando-a de melhores condições para o todo o 1.º ciclo e também para o jardim-de-infância, ou seja, aquilo que já reiterámos por diversas vezes – transformar uma escola que agora tem condições aceitáveis, razoáveis (com alguma boa vontade, no que diz respeito à adjectivação), numa escola que se transformará quase que num centro escolar com todas as condições pedagógicas para os professores poderem ensinar e para as crianças poderem aprender.

Vou passar a palavra ao senhor vice-presidente, até porque foi ele quem protagonizou este dossiê político e também porque nos transmitiu que houve uma reunião de obra realizada hoje e seria importante conhecermos quais as conclusões dessa reunião realizada, relativamente à empreitada de obras públicas de ampliação e requalificação da Escola da Restauração, em Alcochete.”

Senhor vereador José Luís dos Santos Alfélua:

“Estava já programado, depois de se estabilizar em termos formais a adjudicação da obra, com a cessão da posição contratual ao segundo classificado, o diretor de obra por parte da empresa que ficou em segundo lugar só estaria disponível no início de setembro (porque estava de férias) e, portanto, realizámos com os nossos técnicos e eu estive também a acompanhar essa primeira reunião, no sentido de perceber, já politicamente foi transmitido aqui o que eram as nossas preocupações políticas, dado que era uma obra a intervir no parque escolar e tem que se mitigar ao máximo o leccionamento das aulas e os incómodos causados pela obra e também sensibilizar a empresa para fazer a programação (tendo em conta esta situação) para que esses efeitos nocivos fossem mitigados ao máximo.

Houve a tal disponibilidade da empresa, conversámos tecnicamente sobre algumas possibilidades que teriam, no sentido de ajustar o plano de trabalho da obra àquilo que é a realidade. Depois, houve uma reunião, já no próprio local da obra (à qual eu não fui, por ser uma questão mais técnica), e ficou combinado, depois dessa visita à obra, que fosse dada uma data previsível para o início da obra, que tudo aponta

que será ainda durante o mês de setembro, eles estão disponíveis para isso, também para preparar o plano de trabalhos e no sentido de fazerem uma proposta que fosse mitigadora destes impactos que a obra tem para o leccionamento das aulas.”

A senhora vereadora Raquel Prazeres também teceu alguns comentários sobre os cuidados de saúde na freguesia do Samouco.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €4.478.457,02 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Prazeres, informou que entre os dias 09.08.2017 e 20/08/2017 e 04/09/2017 e 06/09/2017, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €192.781,87 e €48.469,29, conforme as ordens emitidas do número 2450 à 2552 e do número 2707 à 2273, respetivamente.

O senhor presidente da Câmara entre os dias 21/08/2017 e 03/09/2017, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €577.694,52, conforme as ordens de pagamento emitidas do número 2553 à 2706.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada no dia 26 de julho de 2017

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade. Não votaram o senhor presidente da Câmara e o senhor vereador Jorge Giro, por não terem estado presentes na reunião, de acordo com o número 3, do artigo 34.º, do CPA.

Ata da reunião ordinária realizada no dia 9 de agosto de 2017

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade. Não votou o senhor presidente da Câmara, por não ter estado presente na reunião, de acordo com o número 3, do artigo 34.º, do CPA.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Certificação Legal de Contas – Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2017

Pelo senhor presidente foi apresentado o seguinte assunto:

«Por forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junto se remete o Relatório sobre a Situação Económica e Financeira, relativa ao 1.º semestre de 2017, elaborado pela Sociedade de Revisor Oficiais de Contas do Município, Marques, Cruz e Associados, para conhecimento dos órgãos executivo e deliberativo.»

A Câmara tomou conhecimento e o mesmo deve ser remetido à Assembleia Municipal para conhecimento.

4.2 Procedimento de concurso público da empreitada de “Requalificação da rua do Láparo” – Proc.º I-05/17 – Retificação das peças do procedimento/Aprovação dos Erros e Omissões e do Mapa de Quantidades corrigido

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com a informação técnica da DAGR.CP-281/17, datada de 30/08/2017, referente ao supramencionado procedimento, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

A ratificação da decisão do senhor presidente de retificar as peças do procedimento de “Requalificação da rua do Láparo” – Proc.º I-05/17, com a aprovação da lista de erros e omissões bem como do novo mapa de quantidades de trabalhos corrigido, nos termos da suprarreferida informação técnica e de acordo com disposto no artigo n.º 35, n.º 3 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar a referida informação técnica como **Doc 1**.

4.3 Ratificação do Despacho n.º 41/17 – 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2017 – PPI e AMRS

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Pelo Despacho, datado de 11 de agosto 2017 foi aprovada a 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2017 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta de ratificação por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

4.4 Ratificação do Despacho n.º 42/17 – 8.ª Alteração ao Orçamento de 2017

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Pelo Despacho, datado de 11 de agosto de 2017 foi aprovada a 8.ª Alteração ao Orçamento de 2017, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta de ratificação por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 3**.

4.5 Ratificação do Despacho n.º 48/17 – 9.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2017 – PPI e AMRS

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Pelo Despacho, datado de 1 de setembro 2017 foi aprovada a 9.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2017 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta de ratificação por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 4**.

4.6 Ratificação do Despacho n.º 49/17 – 9.ª Alteração ao Orçamento de 2017

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Pelo Despacho, datado de 1 de setembro de 2017 foi aprovada a 9.ª Alteração ao orçamento de 2017, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta de ratificação por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 5**.

4.7 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2017 – PPI e AMRS

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €467.843,00 que se refletem nas Atividades Mais Relevantes e no Plano Plurianual de Investimentos.

O Plano Plurianual de Investimentos procedeu a reforços no valor de €261.560,00, registando um saldo de €125.935,00, valor referente ao reforço da rubrica “Pavimentação e Execução de Passeios na Urbanização do Alto do Castelo” e um saldo de €100.585,00, referente ao reforço da rubrica “GB n.º 329724 Loteamento Cerrado da Praia”, e um saldo de €35.040,00, referente ao reforço da rubrica “GB n.º 289.43.000012-4 Loteamento do Largo Troino”.

As Atividades Mais Relevantes procedeu a reforços no valor de €206.283,00.

Assim proponho:

- 1 - Que a aprovação à segunda revisão às Grandes Opções do Plano com o saldo de €467.843,00;
- 2 - Que a aprovação à segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos com o saldo de €261.560,00;
- 3 - Que a aprovação à segunda revisão as Atividades Mais Relevantes com o saldo de €206.283,00;
- 4 - Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta de ratificação por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 6**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

4.8 2.ª Revisão ao Orçamento de 2017

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A segunda revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €978.864,00.

As Outras Receitas registam um reforço de €717.304,00 referente à introdução do saldo de gerência, e a um reforço de €261.560,00 referente à introdução do saldo de gerência consignado respeitante ao acionamento das garantias bancárias n.ºs “GB n.º 329724 Loteamento Cerrado da Praia” e “GB n.º 289.43.000012-4 Loteamento do Largo Troino”, e a “Pavimentação e Execução de Passeios na Urbanização do Alto do Castelo.

A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €978.864,00.

As Despesas Correntes foram reforçadas no valor de €715.304,00 cujos valores estão registados no Orçamento e nas Atividades Mais Relevantes.

As Despesas de Capital foram reforçadas no valor de €263.560,00 cujos valores estão registados nas Atividades Mais Relevantes e no Plano Plurianual de Investimentos.

Assim proponho:

- 1 - Que a segunda revisão ao Orçamento da Receita que reforçou rubricas no montante de €978.864,00.
- 2 - Que a segunda revisão ao Orçamento da Despesa que reforçou rubricas no montante de €978.864,00.
- 3 - Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta de ratificação por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 7**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Relativamente aos pontos 4.3,.4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8 a Dra. Cláudia Santos, Chefe da DAGR, esclareceu algumas dúvidas suscitadas pelo senhor vereador Francisco Giro.

4.9 Renovação de Acordo de Colaboração com a Fundação João Gonçalves Júnior para implementação da CAF – Componente de Apoio à Família, do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e autorização prévia de compromissos plurianuais

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Dando continuidade à colaboração existente entre o Município e a Fundação João Gonçalves Júnior para a oferta do serviço CAF – Componente de Apoio à Família e considerando que nenhuma das partes denunciou o Acordo de Colaboração presente neste Órgão Colegial na reunião do dia 12 de novembro de 2014 onde foi aprovado por unanimidade,

Somos a propor:

1. A Renovação do Acordo de Colaboração com a Fundação João Gonçalves Júnior para implementação do Serviço CAF – Componente de Apoio à Família do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais, para o ano letivo de 2017/2018, com alteração de anexo.
2. A autorização prévia para cabimentação orçamental da despesa, repartida por mais de um ano económico e, por isso, sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal (cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), nos seguintes termos: 2017 – €64.440,00 e 2018 €114.678,00;
3. Deliberar no sentido de remeter à Assembleia Municipal para deliberação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 8**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Não votou a senhora vereadora Susana Isabel Freitas ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA.

4.10 Renovação de Acordo de Colaboração com o CENSA – Centro Social de S. Brás para implementação da CAF – Componente de Apoio à Família, na EB1 do Samouco e autorização prévia de compromissos plurianuais

Pela senhora vereadora Susana Custódio foi apresentada a seguinte proposta:

«Serve a presente para submeter à apreciação da Câmara Municipal de Alcochete a proposta de acordo de colaboração estabelecido com o CENSA – Centro Social de S. Brás, para a implementação do serviço de Complemento de Apoio à Família, na EB1 do Samouco no ano letivo 2017/2018.

O presente acordo regula a parceria entre o município de Alcochete e o CENSA – Centro Social de São Brás, relativamente à contratação dos recursos humanos para o serviço acima identificado.

Assim, somos a propor:

1. Renovação do Acordo de Colaboração com o CENSA – Centro Social de S. Brás para implementação do Serviço CAF – Componente de Apoio à Família, na EB1 do Samouco e Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais, para o ano letivo de 2017/2018, com alteração de anexo,
2. A autorização prévia para cabimentação orçamental da despesa, repartida por mais de um ano económico e, por isso, sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal (cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), nos seguintes termos: 2017 - €3.580,00 e 2018 – €6.371,00;
3. Deliberar no sentido de remeter à Assembleia Municipal para deliberação.”

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 9**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Pela senhora vereadora Raquel Prazeres foi prestada a seguinte informação:

– “Serve a presente para informar que na ata da reunião de Câmara de 27/04/2016, no ponto 1 – Resumo Diário de Tesouraria – da Ordem do Dia, onde se lê “€643.531,12 (seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e um euros e doze cêntimos), deve passar a ler-se €643 531,08 (seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e um escudos e oito cêntimos), em virtude de se ter procedido a uma correção do resumo diário.”

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Sr.^a Carmem Correia:

Em nome da Comissão de Utentes do Samouco, manifestou a sua preocupação pela diminuição na prestação de serviços de saúde na extensão do Centro de

Saúde em Samouco, dado que, para além de a população não ter há já vários anos médico de família, vê agora a partir de 1 de setembro diminuir o período de consulta, que passou a ser apenas assegurado durante três meios-dias por semana.

Apelaram ajuda à Câmara, no sentido de em conjunto, pressionarem o Ministério da Saúde, para que a população do Samouco volte a ter serviços de saúde que responda às suas reais necessidades e a que tem direito.

- Sr.^a Deolinda Figueiredo, que apresentou o seguinte:

“(...) A minha casa situa-se na rua do Troino. Tenho entrada pela rua do Troino e tenho janelas para o largo do Troino. (...) Eu e mais duas moradoras do largo do Troino (talvez no final de junho, princípio de julho), estivemos numa reunião para saber da situação. Na altura eu falei das esplanadas que ocupavam (...) o espaço, a via de passagem de todas as pessoas, que ali gostam de circular. Outra minha vizinha falou da questão da droga, da violência, da venda de droga. Eu falei também do ruído, provocado pelas esplanadas até às duas da manhã, sugeri o seu encerramento (...) já várias alterações, sugeri a revisão do regulamento para esse tipo de espaços, uma vez que o prédio é considerado, eu moro na rua do Troino (...) é considerado uma zona habitacional e acho excessivo o encerramento às duas da manhã, para esse tipo de estabelecimentos. Desta vez, a venda de droga no largo do Troino. Há uma casa, que eu não sei o número da porta, é uma casa pequena, ao lado duma garagem, que essa casa é utilizada para (...) venda de estupefacientes. Eu penso que as autoridades policiais desta vila e tanto o poder autárquico têm conhecimento, há vários anos, de que aquilo se passa. Eu fui para lá viver em 2011, já nessa altura me apercebia. Neste momento, a situação, para mim, é mais escandalosa porque aquilo é “à descarada”! Entram, saem, (...) vão aos bares, vêm dos bares, andam por ali... Aquela casa necessita de ser vigiada, por cães-polícias para detetarem o que aquele senhor ali põe dentro. (...) mas é assim: eu tenho de falar daquilo que se passa à minha volta, o que eu vejo das minhas varandas!

Neste momento, o proprietário diz que emprestou a casa, mas ele tem a obrigação e o dever de zelar por aquilo que é dele, de saber o que é que se lá passa! Aquela casa, aquilo (...). O senhor, eu não conheço o dono do espaço, não sei quem é o proprietário, mas já devia ter conhecimento e já devia ter optado por outra resolução. Disseram-nos que ele tinha dito que tinha alugado aquilo até às Festas e depois das Festas (alugar, não, emprestar) deixava de o fazer. Certo é que aquela casa continua a ser frequentada por esse dito senhor. Há casas que (também da minha varanda, porque eu moro num 1.º andar) têm varandas internas. Há, pelo menos, quatro casas que estão a cair aos bocados. Houve uma (...) requalificação antes das Festas, pintaram a fachada, andaram lá a pôr andaimes, mas os tetos estão cheios de buracos, as pombas fazem ninho, entram e saem, a erva do quintal de dentro está enorme e tudo aquilo para a saúde pública é degradante! Para não falar da outra casa que está devoluta, nas traseiras do Barrete Verde, que é outro antro de porcaria que está ali. Falaram nas (...) novas, nos investimentos (...) e mantém-se assim há muito tempo. Quem são os proprietários? É a Zona Histórica, não é qualquer coisa!

Eu estou, neste momento (...), a droga naquela zona, as esplanadas continuam a ser expandidas, são esticadas naturalmente (...) travessa das Canas, é por onde querem e eu, muito sinceramente, estou um bocadinho saturada, porque venho regularmente às reuniões de Câmara expor o caso e acho que a Câmara podia interferir, realmente (...) podia dar mais (...) às forças policiais. O proprietário daquele casa tem de ser responsável por aquilo que se passa e não sou que tenho de apresentar provas do que se passa ali! De certeza que todos vocês, se não sabem, têm pessoas que sabem o que se passa ali e não fazem nada há muitos anos!

Eu tento levar isso para outro lado mas, realmente, é contra a minha natureza, é a zona onde eu vivo (...) e essas situações não são necessárias (...) e não sou só eu, são os outros moradores. Já escrevemos cartas, já manifestámos a nossa opinião publicamente e até à data, já passaram as Festas, o regulamento (...) senhor presidente... estou a aguardar. Gostaria de saber se já contrataram o proprietário, se não, como é que estão as coisas com o regulamento – se avançou, se não avançou... eu aguardo. Agradeço a vossa resposta.”

Senhor presidente:

“É um facto que a D. Deolinda é (infelizmente, pelos motivos que a trazem aqui) uma presença recorrente nas reuniões da Câmara Municipal de Alcochete e a sua presença tem que ver com o ambiente urbano que se vai sentindo e que se vai vivendo no local onde tem a sua residência.

Em bom rigor, essa afirmação é uma petição de princípio, que é dar por adquirido aquilo que não está demonstrado de que todos temos conhecimento do que se passa num determinado local, eu sou-lhe sincero, eu não tenho conhecimento do que se passa nesse local. Repare: coloca aqui questões, umas delas são da competência da Câmara Municipal de Alcochete, outras são da competência do Ministério Público, dos órgãos de polícia criminal que, no caso concreto de Alcochete, é a Guarda Nacional Republicana. No que diz respeito a essas questões, que são pertinente, e se isso não lhe trazer problemas de consciência, no que diz respeito ao tráfico ou às descrições de tráfico de droga nesses contornos que nos apresentou, ou seja, já com um sentimento de total impunidade, friso, se isso não lhe trazer alguma intranquilidade, em termos de consciência, eu pedirei à D. Idália que faça uma certidão da ata para remeter para a guarda Nacional Republicana, para que a Guarda Nacional Republicana nos possa responder a um problema concreto, colocado em concreto, por uma senhora munícipe, mas que diz respeito a toda a comunidade. Esse problema da segurança é altamente preocupante, sendo certo que o proprietário pode, ou não, estar envolvido e não é a Câmara Municipal que tem competências para investigar o envolvimento de um titular do direito de propriedade de um imóvel, ou sobre um imóvel, que empresta ou comodata o seu imóvel a outra pessoa. O único dever que o comodatário, que é aquele a quem é emprestada a casa ou o imóvel, tem perante o proprietário é o de o devolver nas exatas condições em que ele foi emprestado ou comodatado. É necessário, porque estamos perante indícios da prática de ilícitos criminais, aliás, disso todos temos conhecimento, ou durante as Festas, ou em períodos ou momentos que não inseridos nas Festas, há problemas dessa natureza no largo do Troino. Ainda durante esta edição das Festas do Barrete Verde se verificou a existência de problemas de tráfico e consumo de droga no largo do Troino, mas a

GNR também tem de avaliar a situação e também remeter um relatório para a Câmara Municipal que pode, inclusivamente, sustentar uma decisão da Câmara de encerramento compulsivo dos estabelecimentos, com prova.”

D. Deolinda.

“Neste caso não é um estabelecimento, é uma habitação que, neste momento, não está a fazer de habitação porque está degradada, como eu falei há pouco...”

Senhor presidente.

“Sim, D. Deolinda, mas também já chegámos a falar, noutros momentos, de estabelecimentos que eram, eles próprios... pronto. Portanto, vamos extrair uma certidão desta parte e remeter para o Ministério Público e para a Guarda Nacional Republicana e com essa atitude, com essa postura da Câmara Municipal, estamos a denunciar a prática de ilícitos criminais que são públicos, ou seja, a partir do momento do conhecimento, por parte dos órgãos de polícia criminal ou do Ministério Público de indícios que vão nesse sentido, da prática desses ilícitos, o Ministério Público está vinculado à prossecução da investigação para... ou seja, não depende de uma queixa por parte de um particular. Isso também pode ser importante para alguém que não queira assumir o odioso da questão num ambiente de difícil gestão, com pessoas que se dedicam a essa atividade e, para si, acho que também, muito sinceramente, é mais tranquilo para que possa viver, também, como merece, com tranquilidade.

Em relação ao Centro Histórico, desde há 4 ou 5 anos que a Câmara Municipal determinou, definiu, áreas de reabilitação urbana (e a memória não me enganará se disser que o largo do Troino está integrado na área de reabilitação urbana de Alcochete), ou seja, para além de outras questões de natureza tributária, para aqueles proprietários que têm imóveis devolutos, ou num elevado estado de degradação, ou em ruínas, há penalizações tributárias que pretendem persuadir os proprietários à recuperação dos seus imóveis. Dou-lhe um exemplo: Não conheço em que estado de degradação é que está esse imóvel, mas a Câmara tem todos os imóveis identificados e uma classificação em relação ao seu estado e podem estar

ou ruínas, ou devolutos, ou seja, abandonados, sem habitação, ou com uma percentagem de degradação. No que diz respeito aos que estão em ruínas ou devolutos, o IMI a pagar sobre esse imóvel, triplica quando os imóveis têm essa classificação. Ainda não chegámos a um momento de posse administrativa dos imóveis, da realização de obras e, depois, de ressarcimento do investimento relacionado com a recuperação do edifício, através de um qualquer contrato de arrendamento, em função da posse administrativa desses imóveis. Mas, se necessário for, a Câmara Municipal lá chegará. Agora, que existe uma matriz de olhar para o Centro Histórico e tentar cuidar dele, passando esse cuidado, quer pelo espaço público (e que às vezes não é fácil), quer pelo património edificado, há cinco anos que temos aplicado e intensificado esse modelo.

D. Idália, extração só desta parte, relacionada com indícios de tráfico de droga naquele local e remeter, eu assino, para o Ministério Público e para a Guarda Nacional Republicana.

Vou ainda terminar dizendo isto: eu assumo esse ónus, já assumi, não houve condições de concluir o regulamento mas, D. Deolinda, no passado sábado, eram onze horas da manhã... (...)

Sabe, eu já frequentei muito o Centro Histórico de Alcochete e portanto sei perfeitamente onde as pessoas se aglomeram, algumas delas estão num saudável convívio mas, o simples facto de estarem à uma da madrugada, ou às duas da madrugada, encostadas à fachada de um edifício, mesmo com cuidados relacionados com o volume da sua voz, essa situação é potencialmente perturbadora do sossego de quem vive nesse imóvel.

Mas o exemplo que eu estava a dar, tinha que ver com a postura da Guarda Nacional Republicana e também com a desnecessidade de existir um regulamento municipal para que a Lei do Ruído seja cumprida, porque a Lei do Ruído determina que cesse a produção de qualquer ruído, a partir das 22 horas até à 7 horas da manhã, portanto há aqui um período de 9 horas em que temos de nos abster de produzir ruído, exceto aquele ruído que resulta do facto de vivermos, respirarmos, falarmos e convivermos e, portanto, às onze horas da manhã eu estava junto à

garagem da minha casa, percebi que estava uma patrulha da Guarda Nacional Republicana, duas ou três casas mais à frente na minha rua, e por acaso o militar da GNR era uma pessoa minha conhecida e eu perguntei-lhe se estava tudo bem com ele e com a família, e ele disse-me “olhe, está tudo bem, vim aqui porque há um vizinho seu, que mora ali a 50 metros e queixou-se-nos de que aquele casal, que mora ali, três casas a seguir à sua, estava com uns martelos, a fazer umas obras e nós interviemos e fizemos cessar a produção do ruído. O presidente ouviu alguma coisa?” E eu disse: “Não, não ouvi absolutamente nada. Mesmo se tivesse ouvido, a estas horas (um sábado, às onze da manhã), salvo seja se eu me iria queixar à GNR!”

Mas o que é um facto, e é o importante da história que lhe estou a transmitir, é que como a Lei do Ruído impede a produção de ruído (exceto na existência de licença municipal) ao sábado, ao domingo e em dias úteis das 22 horas às 7 horas da manhã, a GNR, mesmo perante a inexistência de qualquer regulamento municipal, por aplicação da Lei deve atuar, se chamada for a intervir, e imediatamente fazer cessar a produção desse ruído. Se não for acatada, se não for respeitada essa ordem de uma entidade policial, então, a pessoa que não respeitar, que não acatar essa ordem e que continuar a produzir ruído, incorre na prática de um crime de desobediência qualificada.

Portanto eu não percebo, porque a existência de um regulamento municipal não vai garantir o que quer que seja, porque já tem uma lei da República que a protege, em termos de produção de ruído. O regulamento municipal vai permitir reduzir os horários de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas, mas sem fiscalização (e nesta área, a Guarda Nacional Republicana é coadjuvante em termos de competências, da Câmara Municipal de Alcochete, ou de qualquer câmara municipal, no que diz respeito a essas matérias) não há regulamento nem lei da República que nos valha, porque o regulamento vai permitir reduzir, imaginemos, das duas horas da madrugada para a meia-noite, mas ninguém garante à D. Deolinda que esse estabelecimento não realize uma *rave* entre as 7 horas e as 24 horas e que não a esteja a incomodar também no seu sossego, se não houver fiscalização adequada.

Ainda há outra questão, D. Deolinda, é que eu estou totalmente de acordo consigo mas temos de garantir condições no Centro Histórico de Alcochete, de coexistência de funções, ou seja, não podemos correr o risco...

D. Deolinda:

“Posso interrompê-lo, Dr.? Está a falar no encurtamento de horário e na vivência dos dois meios, mas antes de os bares irem para ali as pessoas já lá habitavam e se há uma lei que diz que em zonas habitacionais... a partir da meia-noite seria o mínimo, porque as pessoas levantam-se muito cedo para ir trabalhar. Esses bares que estão lá, se calhar às seis da tarde já estão abertos (...) as suas portas e depois, fecham às duas da manhã! Se contar as horas, eles têm um horário alargado!”

Senhor presidente:

“D. Deolinda, eu não estou a dizer que não. O que lhe estou a dizer é que se nós quisermos ter, um dia, em Alcochete (e é o caso concreto de Alcochete, porque a D. Deolinda mora no Centro Histórico de Alcochete) um modelo igual ao Centro Histórico do Montijo, então a solução passa por tornar o Centro Histórico único e exclusivamente habitacional e, isso, não queremos! Eu era criança e já existiam estabelecimentos comerciais na rua do Troino: o *T'Zé Leiteiro* há 40, 50, 60 anos, tinha ali uma leitaria. Havia mais respeito? Uma leitaria não produzia tanto ruído? Claro que não. O *Paparocas* está lá há cerca de 25 anos. O outro restaurante que está ao lado, ou seja, no lado direito, quando se entra na rua do Troino, está ali há 20 anos. O *Tic-Tac*, que está de frente, está ali há 30 anos...”

D. Deolinda:

“E sempre foi o que é hoje?”

Senhor presidente:

“D. Deolinda, repare: o que eu acho que temos hoje é falta de cidadania e falta de respeito pelos outros. E, quando há falta de respeito pelos outros e o respeito pelos outros faz-nos incorrer noutras situações mais complicadas, com relevância legal, nomeadamente penal, então, nós também devemos exigir a outras entidades que atuem. E a questão que eu lhe coloco passa por saber quantas exposições fez a D. Deolinda ao Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alcochete, e mais: não obtendo resposta do Posto Territorial de Alcochete, quantas queixas apresentou ao Destacamento do Montijo ou mais, ao Comando Distrital!”

D. Deolinda:

“E à ASAE!”

Senhor presidente:

“Essas entidades têm competências! D. Deolinda, sendo totalmente sincero: não desconsiderando nunca, e não menosprezando nunca a sua situação. Ouça: Há 20 anos eu namorava com... era uma miúda, que morava na rua José André dos Santos, ao lado da sede antiga do Grupo Desportivo Alcochetense. Há 20 anos. A direção, de então, do Grupo Desportivo Alcochetense decidiu concessionar aquele bar. Existe um bar no espaço da sede, muito amplo, com uma área enorme, no 1.º andar desse edifício, que confinava imediatamente com o 1.º andar da casa onde morava a miúda com quem eu namorava (e que, infelizmente, veio a falecer) e sexta, sábado e domingo, nós convivíamos com uma discoteca! Mais: em edifícios antigos e estávamos num espaço habitacional, num lado, e a separar-nos da discoteca estava uma parede. Portanto, eu sei dar valor, por razões acrescidas, a essas situações relacionadas com a produção do ruído, ainda para mais quando os quartos confinavam com a parede que dividia um imóvel habitacional, com outro imóvel que deveria ser uma sede social e que estava transformado numa discoteca.”

D. Deolinda:

“Eu não estou contra os estabelecimentos, o que eu acho é que há demasiados bares, estabelecimentos de bebidas alcoólicas aqui na zona, que é uma zona residencial.”

Senhor presidente:

“Mas, D. Deolinda, em relação à natureza da atividade, nem a Câmara Municipal de Alcochete se pode meter nisso, porque é iniciativa privada.”

D. Deolinda:

“Ainda por cima, desculpe, aquele ao lado da minha porta... aquilo é um barracão! O tipo de construção não está adaptado para esse tipo de estabelecimento...”

Senhor presidente:

“Os estabelecimentos, para existirem, é que deveriam adequar o espaço para poderem desenvolver a sua atividade.”

Senhor vereador Jorge Giro:

“Dizer que, de facto, em relação à droga e à casa isto, é de facto, uma novidade para nós porque não fazíamos a mínima ideia (eu, pelo menos e o senhor presidente que também já o disse) que havia este tráfico, esta venda, e acho que é uma questão, de facto... eu, até, há pouco perguntei se sabia o número de porta, que era para ajudar, no fundo, a identificar a casa, porque não estou a ver qual é. Agora, no que diz respeito à sua última vinda (porque acho que já são três vezes que vem aqui) a reunião de Câmara, eu, uns dias depois, tive uma reunião com o senhor comandante da GNR (que nem era este atual, era outro), o sargento Cunha, e dei-lhe a conhecer, além de outras questões, o que tínhamos falado e as suas queixas da reunião de Câmara em que estava presente. Porque o problema maior, aqui, e que se veio, de facto, a agravar com a abertura deste novo bar, o *Bubadega*, porque até este bar não existir, os problemas ali na rua do Troino eram muito mitigados, quando só existia o *Paparocas*, era uma coisa mínima, e certamente que sente, desde que abriu o outro bar, o *Bubadega*, do lado esquerdo

da rua, que os problemas aumentaram e que se agravaram substancialmente. Neste âmbito, falei com a GNR e solicitei para ser mais interventiva naquele espaço porque o problema maior ali, tendo em conta que neste momento o horário é até às duas da madrugada, mas a Câmara Municipal e a fiscalização municipal não pode ter intervenção no espaço público após as duas horas ou seja, existe a Lei do Ruído, se existe barulho às duas e um minuto, ou às três ou às quatro, tenho que ser, no caso de Alcochete, a GNR a fazer cessar esse mesmo barulho.”

Senhor presidente:

“Senhor vereador, nem que seja às dez horas e um minuto, se o ruído que estiver a ser produzido não for consonante com a atividade que está ser desenvolvida, a Lei do Ruído está a ser violada! Perguntar-me-á: A GNR tem os meios necessários para aferir da produção do ruído? Eu não quero ser completamente cristalino, mas acho que não tem.”

D. Deolinda:

“Desculpe interromper mas se o bar estiver fechado e as cadeiras arrumadas lá dentro...”

Senhor presidente:

“D. Deolinda, permita-me brincar: se nós não respirarmos, também não fazemos barulho nenhum! Repare: A solução não pode passar por uma proibição absoluta! Nós vivemos em sociedade!”

D. Deolinda:

“A rua é muito estreita para abrigar uma esplanada. Eu não percebo nada disso, mas é muito estreita. Uma esplanada ali e depois o senhor ainda estica, para um lado e para o outro e, em vez de quatro mesas, tem dez, como é que quer que eu viva lá no 1.º andar? São essas questões que eu acho que não estão certas, não são coerentes!”

Senhor vereador Jorge Giro:

“Eu compreendo, aliás, se eu morasse naquela rua, estava tão indignado quanto a D. Deolinda. Dizer também que, em relação ao espaço público, a Câmara Municipal, praticamente a seguir a essa última reunião, autuou o proprietário daquele bar, por todos os motivos relacionados com aquelas esplanadas porque os fiscais foram em horário pós-laboral, porque tem de ser um auto presencial e foram visualizar aquilo que realmente disse (porque estica-se até à travessa das Canas). Portanto, a Câmara autuou o proprietário daquele bar.

E eu acredito, até porque pode comprovar isso, há poucas semanas estive no largo do Troino, de dia, e cruzei-me com a D. Mariana, que esteve aqui na reunião consigo. Falámos um pouco sobre certos aspetos (recordo-me que ela até me pediu para pôr mais um sinal de trânsito proibido, no lado oposto àquele que existe porque, às vezes, os carros não veem aquele sinal e acabam por entrar no largo do Troino e depois são obrigados a fazer inversão de marcha, porque aí é que veem que o largo não tem saída) e nunca me foi focado este aspeto da droga, este aspeto de que as coisas estavam na mesma e portanto deduzi que havia alguma melhoria mas, afinal, parece que está tudo praticamente na mesma!”

D. Deolinda:

“Esse senhor avisou para não falarem dele. Eu compreendo, isto mexe com gente muito violenta (...) aquele senhor que está no bar! Eu sei disso! Mas não foi por isso que não falei, porque eu acho que não é correto! As outras pessoas, que são mais antigas lá, não falam!”

Senhor vereador Jorge Giro.

“Eu não me refiro somente (e é, de facto, a questão mais grave) em relação à casa e à droga, refiro-me em relação à rua e às questões decorrentes que a fazem vir aqui. Pensava que estava tudo mais calmo mas, aparentemente e pelo que diz, não está. Eu vou solicitar à Fiscalização que volte a ter uma intervenção naquele

espaço. Mas, mesmo havendo o regulamento do ruído, se as autoridades policiais não cumprirem com a sua missão, as coisas vão ficar exatamente na mesma. Portanto, eu vou reunir o mais breve possível com os fiscais municipais, de modo a forçar uma ação naquele local e vou, também brevemente, sensibilizar o senhor comandante da GNR para todas estas questões que agora aqui referiu e esperando que tudo melhore.”

Senhor presidente:

“Digo-lhe, ainda o seguinte: Na próxima 4.^a feira haverá reunião de Câmara e nessa reunião é que apreciaremos e aprovaremos certamente a ata desta reunião. Eu vou pedir à D. Idália que, no dia imediatamente seguinte, seja preparada a certidão para ser remetida à Guarda Nacional Republicana e ao Ministério Público do Montijo.”

Em resposta a Sra. Carmem Correia, a senhora vereadora Susana Custódio reiterou a informação prestada no período de Antes da Ordem do Dia.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:30 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.